

Os limites do capitalismo.

Pensando com Karl Polanyi¹

Jérôme Maucourant¹

Resumo

O artigo se propõe a discutir a crise do neoliberalismo e as falhas do pensamento econômico na perspectiva teórica formulada por Karl Polanyi. Segundo Maucourant, o ano de 2008 sinalizou a desmedida do espírito capitalista que, em sua forma financeira e mundializada, não encontrou seu limite senão em seu colapso. Sem a intervenção maciça dos Estados, cujo excessivo tamanho os neoliberais não cessavam de lamentar, as consequências humanas e econômicas teriam sido muito piores que as da crise de 1929 – eis a tese defendida por ele.

Palavras chaves: capitalismo; neoliberalismo; pensamento econômico; Karl Polanyi

Classificação JEL: P 16; P 17.

Introdução

Há uma noção estranha ao mundo construído pelo capitalismo: a de *limite*. Aristóteles já compreendera muito bem que o princípio de autovalorização do dinheiro implicava uma vida desregrada, subordinada a necessidades múltiplas, antagônica à *vida boa* baseada em necessidades limitadas². O que grandes Antigos compreendiam como uma patologia social tornou-se, especialmente no século XVIII, com autores como Mandeville ou Smith, a virtude de um novo mundo: que cada um se entregue à sua sede de lucro, ao seu prazer privado, e surgirá um universo de comerciantes pacíficos, que é o melhor dos mundos possíveis, bastante distante dos tempos passados, nos quais a violência e a política desempenhavam um papel essencial. É verdade que os primeiros narradores da fábula liberal, a da auto-regulação econômica da sociedade, parecem fazer muito pouco caso dos pobres, cujos corpos devem ser explorados sem qualquer empecilho e sua

¹ Université de Lyon (Université Jean Monnet), França.

dignidade desprezada para que se desenvolva a lógica do lucro. Mas o que analisamos como uma desumanidade própria desse processo de proletarianização é concebido naquele momento como a maneira menos ruim de resolver a questão do pauperismo que assombrava a Europa desde o início das formas agrárias do capitalismo.

Encontramos aqui a maneira típica de Polanyi interpretar a história econômica e social. Uma tese importante de sua obra-prima, *A grande transformação*, é a descrição dos efeitos perversos ligados à própria dinâmica do capitalismo liberal, *máquina sem limite* que pode gerar o fascismo. Queremos agora, à luz dos ensinamentos de Polanyi, tentar esclarecer o capitalismo neoliberal como uma nova forma da desmedida que, há três décadas, se constituiu sobre as ruínas dos compromissos sociais que cimentavam o mundo dos anos 1930-1980. Qual é, em 2011, o traço mais destacado desse mundo? Foi no país vitimado pelo ataque atômico, o Japão, que a sede de lucro permitiu que fossem construídas centrais nucleares sobre falhas sísmicas. Desse modo, o drama japonês abre o *mundo de depois*: não é mais possível esconder a propensão do capitalismo de negar a vida. Talvez o ano de 2011 seja o equivalente do que o ano de 1986 foi para o sistema soviético de dominação: Tchernobil assinalou o começo de seu fim.

Contudo, esse *mundo de depois*, esse mundo da revelação de nosso futuro catastrófico, já fora anunciado, dentre outras, pela primeira grande crise do século XXI: o ano de 2008 sinalizou a desmedida do espírito capitalista que, em sua forma financeira e mundializada, não encontrou seu limite senão em seu colapso. Sem a intervenção maciça dos Estados, cujo excessivo tamanho os neoliberais não cessavam de lamentar, as consequências humanas e econômicas teriam sido muito piores que as de 1929, como muitos concordam em reconhecer. O aumento das dívidas públicas, agora, exprime em boa parte o que é preciso pagar como preço pelos descaminhos do sistema financeiro e pela cobiça dos interesses dominantes.

Entretanto, não faltavam consciências críticas para alertar contra as consequências desastrosas do renascimento, há três décadas, de um projeto liberal de alcance mundial. As reflexões, que começavam a integrar a problemática de Polanyi, participavam dessa vigilância. Naquele momento, a União Soviética estava saindo de cena e a China

aceitava integrar-se àquilo que seria batizado de “globalização”. Polanyi, que foi um crítico da primeira sociedade de mercado, que morreu entre 1918 e 1933, oferece uma perspectiva³ ainda fecunda para compreender a significação da segunda, que nasceu no começo dos anos 1980. Desse modo, discutiremos primeiramente a crise atual de um ponto de vista inspirado por Polanyi; evocaremos, em segundo lugar, uma abordagem institucional concorrente; concluiremos com um necessário retorno à historicidade no *mundo de depois*.

A segunda crise da sociedade de mercado

Polanyi, em *A grande transformação*, denuncia muito explicitamente o caráter *utópico* da “sociedade de mercado”. Não há economia de mercado coerente sem “sociedade de mercado”, isto é, sem instituições e sem uma ideologia particulares. A sociedade de mercado contém pois um ideal *performativo*⁴; as palavras participam da construção das coisas. Essa é, sem dúvida, uma especificidade de Polanyi em relação a Marx, até mesmo uma diferença. Mas não há nada, aqui, das falsas oposições construídas na época da crise do marxismo⁵, durante os anos 1980, em um momento no qual Polanyi era utilizado por antigos marxistas melancólicos em busca de uma crítica radicalmente alternativa. A ideia, tipicamente polanyiana, do capitalismo como utopia possui uma consequência importante: muitos traços do sistema econômico provêm da contingência, isto é, da política, e não de uma pura necessidade, que seria preciso buscar no estado das técnicas ou das exigências econômicas. Não se trata de negar as *determinações*, que pesam sobre as formas sociais, mas de rejeitar o *determinismo* tecno-econômico que faz do capitalismo liberal e mundializado uma necessidade. A política e a cultura possuem, pois, o seu lugar na invenção de outras sociedades.

Os neoliberais, aliás, estão tão convictos de que teríamos encontrado a chave do melhor dos mundos, nesses anos 1990, que pretendem que os males econômicos de nossa época seriam resultado do não cumprimento da plena lógica capitalista: eles denunciam a obsessão do pleno emprego que teria politizado o capitalismo⁶. Nossos neoliberais raciocinam

como se as políticas de dinheiro barato e a proliferação da dívida não se inscrevessem em uma necessidade que se impõe à elite: manter uma taxa de crescimento suficiente, que é a condição de possibilidade dessa mundialização desigual de que se alimenta sua dominação. É esse ponto essencial que queremos demonstrar, que implica que, se os Estados Unidos tivessem decidido em favor de uma proteção social digna de seu poderio, e renunciado às facilidades do sistema financeiro e do “livre-comércio”, essa loucura do crédito não teria sido necessária.

Uma das razões atuais que compele à inflação da dívida, *via* desigualdades crescentes, é o livre-comércio: este último, especialmente nos Estados Unidos, é portador de uma deflação salarial, o que vai de encontro à *opinio communis* dos últimos vinte anos. Os famosos excedentes chineses, contrapartida contábil de uma parte do déficit comercial americano, não fazem senão exprimir um modo de acumulação desindustrializante e financeirizado. O crescimento americano anterior à crise deve muito, portanto, aos “progressos” das técnicas financeiras, ocultando no curto prazo as consequências de um endividamento excessivo, e à mundialização, que permitiu compensar, através da baixa dos preços relativos de certos bens importados, a tendência à queda da demanda, ela própria resultado inevitável de uma redistribuição dos ganhos de produtividade em favor de uma ínfima camada social.

Os discursos ortodoxos, frequentemente tão hipócritas quanto retrospectivos, ao fustigar as más práticas financeiras, ocultam que estas são um componente decisivo dessa mundialização da qual eles se tornam arautos. Sem a disseminação de suas dívidas pelo mundo, sem tornar seus créditos líquidos, o capitalismo bancário americano não teria conseguido desenvolver suas atividades de empréstimo com a energia que conhecemos. Sem esse mercado financeiro tão atrativo porque inventivo, os Estados Unidos não teriam se beneficiado de toda a poupança do mundo e jamais o crescimento do mundo teria sido suficiente, nesse sistema-mundo polarizado em torno do padrão-dólar. Como se pode denunciar seriamente a suposta “cegueira” de presidentes de bancos centrais, quando estes não faziam senão tornar possível a dinâmica capitalista: em um momento crítico, esta tinha necessidade de moeda barata e de garantias estatais para o crédito hipotecário que facilitavam o endividamento. Esses presidentes não possuem mandato

para experimentar uma estagnação econômica, até mesmo uma depressão, com a certeza que tinham do bom funcionamento da “mão invisível” no “longo prazo”, pois, no tempo dessa experiência, seriam os fundamentos da sociedade de mercado que teriam sido abalados, até mesmo destruídos.

São pois as pressões globais do capitalismo realmente existente e não os “erros” de um presidente do *Federal Reserve System*, julgado excessivamente atento à democracia, que configuraram os parâmetros da política monetária. Lamentar a disparada da dívida privada, como fazem os neoliberais, como se ela não se inscrevesse nas necessidades do sistema econômico dos anos 1990-2000, equivale a perseguir a quimera da sociedade de mercado sem que nunca seja pago o custo de sua perpetuação⁷.

Desse ponto de vista, o esquema de análise proposto por Polanyi para compreender a Grande Crise de 1929 é útil para apreender certas dimensões do colapso de 2008: a sociedade de mercado não pode funcionar sem a criação de dívidas, que expressam sua condição social de possibilidade⁸, e não há nenhuma “mão invisível” que permita que os antagonismos sociais se dissolvam na economia. Somente compromissos institucionalizados – que constroem socialmente diversas formas de ação coletiva e os mecanismos de mercado – podem estabilizar os conflitos de classes e de outros interesses sociais, dentro da perspectiva de uma *vida viável*. Na verdade, os mercados não funcionam em um vazio social e cultural, sem instituições que são legados da história e que exprimem relações de força. Entretanto, tanto em 1929 como em 2008, essas instituições não vivem do ar do tempo. As finanças de mercado contemporâneas tornaram possível um crescimento que a desigualdade de nossa época exige estruturalmente, mas com riscos crescentes; no curto prazo, isto permitiu a criação de lucros privados consideráveis que implicariam, no médio prazo, porém, uma crise grave e uma importante socialização dos custos.

A escola neoinstitucionalista aceitou o desafio de Polanyi?

Essa constatação severa mas realista, que sugerimos para o capitalismo no começo do século XXI, infelizmente não é possível no

quadro da economia ortodoxa⁹, cuja cegueira frente aos mecanismos da crise é extraordinária¹⁰. A análise de uma corrente importante do pensamento dominante, o “neoinstitucionalismo”, que gosta de acreditar que pode integrar e superar as análises de Polanyi, é, na verdade, ela também, de uma cegueira surpreendente frente ao mundo real: a razão disso provém, essencialmente, de sua tendência à apologia implícita do capitalismo americano.

A partir de 1977, D. North quis encampar o “desafio” constituído pelas categorias forjadas por Polanyi. No entanto, o funcionalismo e a perspectiva teleológica próprios de D. North impediam que o neoinstitucionalismo, especialmente na tendência ilustrada por esse autor, pudesse constituir uma objeção digna de consideração à análise de Polanyi¹¹. Entretanto, é verdade que frequentemente se respondia a esse tipo de crítica que o neoinstitucionalismo havia evoluído durante os anos 1990 e que o livro de North, publicado em 2005, poderia ser considerado como a prova de um “novo neoinstitucionalismo”. No melhor dos casos, essas “evoluções” que pretendem nos afastar da teoria neoclássica caem, por fim, em outros impasses, como o de um culturalismo atrasado ou o da redescoberta estéril de velhos problemas. Em suma, o desafio de Polanyi não está pronto a ser superado pela economia ortodoxa, mesmo que esta siga seus passos¹².

Desse modo, North critica a “teoria neoclássica”, que entra em um impasse na questão essencial da origem das percepções dos indivíduos, pois não se pode pressupor que “as pessoas sabem o que fazem” quando escolhas complexas entram em jogo: “estão disponíveis apenas informações incompletas, interpretadas com o auxílio de modelos subjetivos”. A ciência econômica não deveria mais ser apenas uma teoria das escolhas, ela deveria ser também uma teoria dos “alicerces”, concebidos pela espécie humana, que estão *aquem* das escolhas. Esses alicerces são, de fato, assimilados ao “contexto cultural” que “enquadra as interações humanas”¹³. Fazendo-se isso, seria possível explicar o “processo da mudança econômica” e porque a história econômica muitas vezes é uma história infeliz.

North produziu uma crítica dos “economistas neoclássicos” ingenuamente aferrados a um *laissez faire* integral, isto é, que se exerce fora das instituições típicas que o Ocidente desenvolveu: as dificuldades

da transição para o capitalismo, na Rússia dos anos 1990, provaria isso, em sua opinião. Economistas heterodoxos julgaram que North se juntara às suas posições... No entanto, a crítica dessa ingenuidade neoclássica consiste em observar, de modo bastante simples, que, em um lapso de tempo tão curto e levando-se em consideração o peso do passado recente, instituições adequadas não se impõem com tanta facilidade. É quase surpreendente que essas observações de North, que combinam tanto o simples bom senso quanto a discutível crença na centralidade do mercado, tenham permitido pensar que uma mudança teórica importante tivesse se produzido, atualmente, na economia. Na verdade, a “evolução” de North não é uma ruptura com seu economismo original.

De modo algum, com efeito, seus trabalhos dos anos 1970 são negados: trata-se simplesmente de compreender por que as “estruturas incitativas” que estão na origem da “ascensão do mundo ocidental” não foram adotadas em outros lugares. O privilégio ocidental da criação de “mercados eficientes”¹⁴ estaria ligado à natureza das crenças religiosas¹⁵. Ele enfatiza que os “sistemas religiosos de crenças como o *fundamentalismo islâmico* desempenharam e desempenham um papel essencial na orientação do desenvolvimento social”¹⁶ (grifos nossos). Desse modo, o “mundo islâmico” não teria elaborado instituições que permitem favorecer as “trocas impessoais” que são as condições necessárias do crescimento. Certamente poderia ser aberto um debate sobre a relação das diferentes civilizações com suas estruturas econômicas, mas o que North visa não é tanto o islã como *civilização*, mas sim como *religião*. Ele apresenta o seguinte fato, que realça a singularidade, não da *diferença ocidental*, mas sim da *diferença cristã*. Supondo-se que a impessoalidade das trocas seja o ingrediente crítico do desenvolvimento, North não demonstra rigorosamente em nenhum lugar que a teologia muçulmana constituiu um obstáculo desse ponto de vista.

A eficácia da retórica de North reside sem dúvida nessa confusão, que nossos tempos atuais podem reforçar, entre *o islã como política* – fato recente que ele julga ser antigo e que ele qualifica de “fundamentalismo islâmico” – e *o islã como civilização*. Poderiam existir boas razões para pensar que *o islã político*, enquanto ideologia que justifica o poder de uma burguesia militar, como é o caso neste momento no Irã, por exemplo, pode ser um fator de coesão de um “capitalismo político” regressivo,

cuja lógica é essencialmente rentista e cuja base de apoio é um Estado neopatrimonial. Mas, em outras partes do “mundo muçulmano”, o islã político desempenha um papel diferente na dinâmica social: pode ser tanto o produto de uma crise da modernização como uma razão original dessa crise. Esse significante lábil – “islã” –, que não se sabe se descreve uma realidade política, cultural ou civilizacional, é utilizado como peça de uma retórica confusionista que North revela na conclusão de seu trabalho: “E a agitação do mundo muçulmano (ao mesmo tempo no interior desse mundo e de suas fronteiras) lança uma sombra espessa sobre as perspectivas da humanidade”¹⁷.

No entanto, o papel dos Estados Unidos e de suas guerras preventivas não teria uma responsabilidade decisiva nessa “agitação” que ameaçaria a própria humanidade? E se a humanidade está sob ameaça, enquanto tal, não é antes em razão da interação letal entre o ecossistema e a economia capitalista, tão louvada por North e seus epígonos, e em razão de desvios fascizantes observáveis em certas partes desse conglomerado problemático, o “mundo muçulmano”? Os movimentos revolucionários, no Irã e nas nações árabes, que se desenvolveram entre 2009 e 2010 e que surpreenderam tanto as ditaduras próximas do Ocidente quanto seus supostos inimigos – os islamistas – mostram, além disso, que o trabalho de North, atolado em seus *a priori* ideológicos, não nos ensina nada a respeito do mundo real.

Sem dúvida, teria sido necessário levar a sério as próprias *palavras* adotadas por North para compreender que o neoinstitucionalismo não é senão um avatar do “imperialismo da economia” frente às outras ciências sociais. As “economias políticas”, que estão no âmago de sua análise do desenvolvimento, designam apenas as lógicas da organização política das sociedades; a “economia política” reivindicada pelos neoinstitucionalistas deve ser entendida como a *economia da política*. Quanto à “eficiência”, ela remete a um estado tecno-econômico em que “o mercado apresenta os custos de produção e de transação mais baixos possíveis”¹⁸: há pois uma ligação total entre “mercado” e “eficiência”. Compreende-se que esses “economistas da política” tenham sido incapazes de teorizar a respeito de uma proteção social eficaz e pouco custosa e que tenha nascido, sob suas canetas, este surpreendente sintagma: o “mercado econômico”. Desse modo, parece-nos que North,

que desejava explicitamente aceitar o desafio de Polanyi, não o aceitou realmente: categorias como “custos de transação” ou “alicerces” não possuem nenhuma força explicativa séria, quer se trate dos problemas econômicos atuais do “mundo muçulmano”, das dificuldades da transição pós-soviética ou da questão da origem do capitalismo.

Conclusão: o frágil império das mercadorias fictícias

A catástrofe nuclear japonesa de 2011 aumentará as pressões sobre o que constituiu, durante muito tempo, um fator crucial de legitimação do capitalismo: o crescimento. Pode ser que a ideologia econômica perca sua capacidade de organizar o real. Em 2008, na esteira de diversos trabalhos, F. Neyrat nos advertia sobre o fato de que a noção de “risco”, central na economia contemporânea, era incapaz de apreender as determinações catastróficas de nosso mundo, em que a interdependência crescente entre economia e ecossistema esvazia de sentido a noção de “risco natural”. No mínimo, admitamos que o risco, que vale para a economia e para a sociedade, é absolutamente *não probabilizável*: este é o pesadelo da ciência econômica ainda dominante. É o fim da lógica securitizadora, pivô da ortodoxia na economia e de muitas instituições econômicas, a qual pode ser mascarada por uma socialização crescente dos custos privados.

Dois evoluções são possíveis. Podemos perseverar na lógica letal da sociedade de mercado ou de suas falsas alternativas, que são os “capitalismos políticos” no estilo chinês ou iraniano. Devemos, além disso, ter consciência de que a celebração da identidade, *via* uma hábil mobilização dos mecanismos de reciprocidade, pode ser uma vantagem para garantir a perpetuação da sociedade de mercado. Embora a reivindicação de certos modos de vida às vezes constitua um obstáculo a certas extensões do Capital, não deixa de ser possível que, na falta de uma alternativa política global, a política do enraizamento, a criação de comunidades, possa substituir as intervenções do Estado no que diz respeito à estabilidade social. O neoliberalismo encontra assim um aliado tão inesperado quanto sólido nessas “formas de pertencimento a comunidades orgânicas definidas a partir do parentesco, da etnicidade

e da religião”¹⁹. A ideologia do capitalismo mundial é uma feira de identidades com virtudes bem conservadoras, algo que certos contestadores midiáticos da sociedade de mercado não conseguiram compreender.

Mas, longe do projeto neoliberal e de seus aliados identitários ou religiosos, até mesmo de seus oponentes que não fazem senão revisitar as formas do velho fascismo europeu, nós poderíamos utilizar a realidade das catástrofes para voltar a dar, como sustentou com razão L. Loty, às ficções utópicas sua capacidade de suscitar uma imaginação *alter-realista*, contra o otimismo liberal que nos faz acreditar que o mundo atual é o melhor dos mundos. De certa maneira, seria possível deixar nossa época *pós-moderna* para andar na direção de uma *altermodernidade*. F. Jameson caracterizou nosso fim de época “como o do declínio de nossa historicidade, de nossa capacidade vivida em fazer ativamente o aprendizado da história”²⁰. O domínio estético é sem dúvida o que mais expressou esse momento histórico, “depressão melancólica” segundo N. Bourriaud, ligada ao trabalho de luto da ideologia dos progressos técnicos, políticos e culturais²¹.

Esse autor também sustenta que uma *altermodernidade* já estaria trabalhando no campo estético, no qual, após a tão *pós-moderna* atribuição às origens, expressão da ideologia do fim das ideologias, viria o tempo de um “espaço desierarquizado, de uma cultura mundializada e preocupada com novas sínteses”²². Não renunciar ao aprofundamento de uma *cultura comum* em escala global, o que é uma conquista positiva das tendências recentes da civilização, renunciando ao mesmo tempo às lógicas de atribuição, as injunções à autenticidade, poderia ser um constituinte de uma *vida boa* para este século XXI. Somente essa concepção da vida, que coloca a questão de saber o que queremos *ser*, poderia nos permitir não fugir para o *ter*, que é oferecido pela ideologia econômica mortífera. Ora, a crise do capitalismo mundializado e o choque ecológico são justamente fatos importantes que podem despertar a política, isto é, *ipso facto* nos restabelecer na historicidade, traduzir a exigência da *vida boa* para o presente. Compreenda-se: esse restabelecimento não poderá ser uma volta ao idêntico, a *altermodernidade* não é uma *neomodernidade*.

Polanyi, em sua época, já havia questionado a modernidade liberal, da qual tinha surgido o “impasse fascista”²³. Tempos depois, ele opôs

a necessidade da *habitação* racional do mundo à *melhoria* fornecedora de lucro²⁴, intitulando um capítulo da *Grande transformação*, “O mercado e a natureza”, que se encerrava com estas palavras: “Não se pode separar claramente os perigos que ameaçam o homem e aqueles que ameaçam a natureza”²⁵. A crise da modernidade não colocava em xeque apenas o projeto *humano* (a democracia social contra a sociedade de mercado) mas, talvez, o próprio *mundo* para além do homem? A questão aqui não era mais a de *viver* mas sim a de *sobreviver*, após o produtivismo implicado pelo Grande Mercado. Cerca de cinquenta anos depois da morte de Polanyi, não seria chegada a hora de levar a sério essas questões, mesmo que, no Ocidente, tenhamos pensado, um tanto apressadamente, que nossa vida pós-moderna implicaria um modo de vida pós-industrial²⁶?

Malay, 15 de junho de 2011

Tradução de

Nicolás Nyimi Campanário

Abstract

The article aims to discuss the crisis of neoliberalism and the failures of economic thought in the theoretical perspective formulated by Karl Polanyi. According to Maucourant, the year 2008 signaled the rampant capitalist spirit that, in its globalized financial shape, has not found its limit only in its collapse. Without the massive intervention of the States, whose excessive size neoliberals never stopped lamenting, the human and economic consequences would have been much worse than the crisis of 1929 – this is the view sustained by him in this paper.

Key words: capitalism; neoliberalism; economic thought; Karl Polanyi.

Referências

- Bourriaud, N. – *Radicant – pour une esthétique de la globalisation*. Denoël, 2009.
- Brisset, N. – *Une lecture performativiste de Karl Polany*. In: XIII^{ième} Colloque Charles Gide. Paris, 2010.

- Bugra, A. – Karl Polanyi et la séparation Institutionnelle entre politique et économie. In : *Raisons politiques – études de pensée politique*, 20, 2005, p. 37-55.
- Cangiani, M. – Karl Polanyi: une voix du siècle passé ? In : *Revue du MAUSS*, 2, n° 34, 2009, p. 336-348.
- Dale, G. – *Karl Polanyi – The Limits of the Market*. Polity Press, 2010.
- Greau, J.-L. – *La trahison des économistes*. Gallimard, 2008.
- Krugman, P. – *Trade and Inequality revisited*. In: *Vox*, 2007.
- Jameson, F. – *Le Postmodernisme ou la logique culturelle du capitalisme tardif*. École supérieure nationale des Beaux Arts de Paris, 2007.
- Jorion, P. – *Vers la crise du capitalisme américain? La découverte*, 2007.
- Loty, L. – *L'optimisme contre l'utopie: une lutte idéologique et sémantique*. In: *Europe*, no prelo, 2011.
- Maucourant, J. – *Le néoinstitutionnalisme à l'épreuve de quelques faits historiques*. In: *Économie Appliquée* (56), 3, setembro de 2003, p. 111-131.
- Maucourant, J. – *Le capitalisme entre rationalité et politique, Orient et Occident*. In: *Cités*, 1, n° 41, 2010.
- Maucourant, J. – *Le néoinstitutionnalisme tardif et l'histoire économique*. In: *Topoi – (Orient-Occident)*, no prelo, 2011.
- Neyrat, F. – *Biopolitique des catastrophes*. Edition MF, 2008.
- North, D. – *Le processus du changement économique*. In : *Editions d'organisation*, 2005.
- Plociniczak, S. – *Au-delà d'une certaine lecture standard de la Grande Transformation*. In : *La Revue du MAUSS*, n° 29, 2007.
- Polanyi, K. – *Le mécanisme de la crise économique mondiale*. In: M. Cangiani, J. Maucourant (orgs.), *Essais de Karl Polanyi*, Seuil, 2008, p. 337-35.
- Polanyi, K. – *L'essence du fascisme*. In: M. Cangiani, J. Maucourant (orgs.), *Essais de Karl Polanyi*, Seuil, 2008, p. 369-395.
- Sapir, J. – *Une décade prodigieuse. La crise financière entre temps court et temps long*. In: *Revue de la régulation*, n°3/4, Segundo semestre, 2008.
- Vahabi, M. – *Ordres contradictoires et coordination destructive: le malaise rarien*. In : *Revue canadienne d'études du développement* (30), 2009. n° 3-4, p. 361-392.

Notas

¹ Este texto é um extrato modificado do pós-fácio do livro *Avez-vous lu Polanyi?*, Flammarion, Paris, 2010. Há uma tradução desse livro em espanhol: *Descubrir a Polanyi*, Barcelona, traduzido por José Miguel González Marcén, Edicions Ballaterra, 2006.

² Aristóteles, *Política*, I, 8 e 9. Embora o “apetite de viver” certamente seja “ilimitado”, assim como o são os meios para satisfazê-lo, precisa Aristóteles, é conveniente não se esquecer de que *viver não é viver bem*.

³ Parece-nos que o interesse do trabalho de Polanyi deva ser procurado em primeiro lugar nesse nível *geral*. Cf. G. Dale, *Karl Polanyi – The Limits of the Market*, Polity Press, 2010.

⁴ Ver N. Brisset, “Une lecture performativiste de Karl Polanyi”, XIII^{ème} Colloque Charles Gide, 2010 e S. Plociniczak, “Au-delà d’une certaine lecture standard de la Grande Transformation”, *La Revue du MAUSS*, nº 29, 2007.

⁵ A concepção da troca como “forma de integração” provém do capítulo primeiro do *Capital*: M. Cangiani, “Karl Polanyi: une voix du siècle passé?”, *Revue du MAUSS*, 2, nº 34, 2009, p. 336-348.

⁶ Lembremo-nos, aliás, que os liberais dos anos 1930 já haviam apontado o laxismo monetário como a origem da crise de 1929.

⁷ Depois de constatar que “a proporção da renda do trabalho na riqueza mundial tende a se reduzir”, um antigo especialista do patronato francês escreveu, antes da crise de 2008, a respeito da “corporação dos economistas da mídia”, tão silenciosa a respeito das políticas monetárias expansionistas e obstinada em defender incansavelmente a mundialização: “A beleza ideológica do projeto exige deixar de lado a questão teórica e prática do limite que seria preciso estabelecer à capacidade de endividamento crescente das famílias ocidentais, capacidade sem a qual o processo seria condenado a parar”. Cf. J.-L. Gréau, *La trahison des économistes*, Gallimard, 2008. Ver também o importante trabalho do antropólogo P. Jorion que anunciava, já em 2004, o mecanismo da crise (*La revue du MAUSS* publicou trechos desse livro em 2005).

⁸ Ver K. Polanyi, “Le mécanisme de la crise économique mondiale”, p. 337-351, em M. Cangiani, J. Maucourant (orgs.), *Essais de Karl Polanyi*, Seuil, 2008.

⁹ Inversamente, o economista heterodoxo desconfia do caráter autorregulador do mercado e da suposta capacidade das forças deste último promoverem eficiente e espontaneamente as instituições necessárias à reprodução social. Esta se organiza desde 2009: <http://www.assoconomiepolitique.org>

¹⁰ Não se trata de afirmar que a função do economista seja a de prever a crise: pode-se objetar que o anúncio diário de um colapso sempre possui alguma chance de ser confirmado pelos fatos... Mas, salvo que queira se afundar na insignificância, a “ciência econômica”, que pretende ser a rainha das ciências sociais, tem o dever de esclarecer a que nos expõe os modos de acumulação financeira. Não se trata, como pode sustentar uma certa epistemologia da física, de exigir experiências ou conjecturas cruciais que permitam a refutação de uma teoria, mas sim de exigir, de uma ciência *empírica*, que ela projete luz sobre os processos e sobre as estruturas de seu objeto, de modo a poder pensar os modos de reprodução e de ruptura. Desse ponto de vista, a economia ainda dominante é mais um discurso normativo que uma ciência empírica.

¹¹ J. Maucourant, “Le néoinstitutionnalisme à l’épreuve de quelques faits historiques”, *Economie Appliquée* (56), 3, setembro de 2003, p. 111-131.

¹² No entanto, no quadro da abordagem econômica, houve progressos notáveis, como demonstra a sugestão de acrescentar uma forma de integração à problemática polanyiana: M. Vahabi, “Ordres contradictoires et coordination destructive: le malaise iranien”, *Revue canadienne*

d'études du développement (30), n° 3-4, p. 361-392, 2009.

¹³ D. North, *Le processus du changement économique*. Editions d'organisation, 2005, p. 74.

¹⁴ *Ibid.*, p. 165.

¹⁵ *Ibid.*, p. 15.

¹⁶ *Ibid.*, p. 37. North pensa que as religiões exprimem "pressões demográficas e de recursos" próprias das sociedades. Cf. p. 175.

¹⁷ *Ibid.*, p. 216.

¹⁸ *Ibid.*, p. 33, n. 3.

¹⁹ Nos inspiramos aqui na análise de A. Bugra, "Karl Polanyi et la séparation institutionnelle entre politique et économie", *Raisons politiques – études de pensée politique*, 20, 2005, p. 37-55.

²⁰ F. Jameson, *Le Postmodernisme ou la logique culturelle du capitalisme tardif*, École supérieure nationale des Beaux-Arts de Paris, 2007, p. 62.

²¹ Nicolas Bourriaud, *Radicant – pour une esthétique de la globalisation*, Denoël, 2009.

²² *Ibid.*, p. 215. A referência botânica aos radicantes "que fazem sua raiz crescer de acordo com seu avanço" (p. 58) é essencial: o sujeito contemporâneo está aqui "esmagado entre a necessidade de um vínculo com seu ambiente e as forças do desenraizamento, entre a globalização e a singularidade".

²³ K. Polanyi, "L'essence du fascisme", p. 369-395, em M. Cangiani, J. Maucourant (orgs.), *op. cit.*

²⁴ "Habitação contra melhoria" é o subtítulo do capítulo 3 de *A grande transformação*.

²⁵ K. Polanyi, *La Grande Transformation*, *op. cit.*, p. 253.

²⁶ A mundialização é acumulação do capital em escala mundial, com uma divisão do trabalho tal que se coloca com menos vigor a questão da produção industrial no Ocidente, tendo a diminuição de seu custo relativo facilitado essa negligência. Mas a necessidade de desmundialização, em uma época ecologicamente difícil, e de uma reindustrialização não produtivista pode remodelar os termos da questão industrial. Deve-se observar que uma desmundialização da economia não significa necessariamente a desmundialização cultural provocada, dentre outros, pelos fluxos da informação.